

PREFEITURA MUNICIPAL DE NATAL
Secretaria Municipal de Educação

ESCOLA

DEMOCRÁTICA
PARTICIPATIVA
REALISTA

PLANO
MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO

BIÊNIO-87/88



PREFEITURA MUNICIPAL DE NATAL

. Prefeito Garibaldi Alves Filho

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

. Luiz Eduardo Carneiro Costa

GABINETE DO SECRETÁRIO

. Alba Fernandes Pamplona

UNIDADE SETORIAL DE PLANEJAMENTO - USP

. Maria Eunice Baracho

UNIDADE SETORIAL DE FINANÇAS - USF

. Belkiss Medeiros dos Santos Pereira

UNIDADE SETORIAL DE ADMINISTRAÇÃO GERAL - USAG

. Francisco Canindé Costa

COORDENADORIA DE ENSINO DE 1º GRAU

. Neire de Sá Dantas

COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO - CAED

. Hélia Vieira Freire Borges

COORDENADORIA DE ATIVIDADES CULTURAIS

. Maria José Fernandes Brito

COORDENADORIA DE APOIO TÉCNICO

. Zelma Bezerra Furtado de Medeiros

S U M Á R I O

APRESENTAÇÃO

I	- PROCESSO VIVENCIADO	01
II	- POLÍTICA EDUCACIONAL	06
	1. Democratização da Educação	06
	2. Princípios Norteadores	07
III	- AÇÕES EDUCACIONAIS	10
	1. Educação Pré-escolar	10
	2. Educação de 1º Grau	10
	3. Educação Física	15
	4. Educação de Adultos	16
	5. Inspeção Escolar	17
	6. Integração Escola/Comunidade	18
	7. Apoio ao Educando e à Comunidade	20
	8. Incentivo e Valorização da Cultura	22
IV	- AÇÕES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (SME)	25
	1. Reorganização da Estrutura e Funcionamento da SME	25
	2. Administração de Recursos Humanos	26
	3. Administração de Recursos Financeiros	29
	4. Administração de Recursos Físicos	30
V	- OUTRAS PROPOSTAS	33
VI	- MECANISMOS DE AVALIAÇÃO E CONTROLE DO PLANO MUNI CIPAL DE EDUCAÇÃO	35
VII	- ANEXOS	36
	1. Proposta de Trabalho	37
	2. Carta à Comunidade Escolar	39
	3. Programa do Seminário Municipal de Educação	43
	4. Propostas Aprovadas no Seminário Municipal de Educação	45
	5. Propostas Encaminhadas à Prefeitura Municipal de Natal	57
	6. Moções Aprovadas pelos Participantes do Semi nário Municipal de Educação	60

APRESENTAÇÃO

A ausência de uma política educacional que atenda às necessidades e às aspirações da maioria da população natalense, constitui-se um sério obstáculo para o encaminhamento de um processo educativo que leve em conta a realidade dos problemas educacionais existentes no Município de Natal.

A prática educativa, até então, era desenvolvida através de projetos desarticulados, sem a visão do todo, elaborados em gabinetes fechados, sem o conhecimento e a participação da comunidade escolar e da sociedade como um todo. A partir de tais constatações, a Prefeitura da Cidade do Natal através da Secretaria Municipal de Educação, procedeu a elaboração de Plano Municipal de Educação considerando os diagnósticos de nossa realidade educacional, detectados, discutidos e transformados em proposições pelas próprias bases escolares.

Dentro desta perspectiva, o processo de elaboração do referido Plano, envolveu o universo representado por todo sistema educacional, estabelecendo-se uma relação entre escolas e órgãos centrais, resultando na consolidação de uma síntese de propostas, posteriormente levadas à discussão e aprovação em uma grande assembléia, que reuniu um número superior a 2.000 (dois mil) participantes.

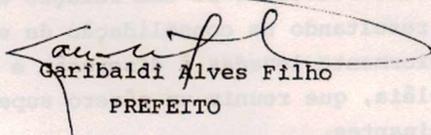
A partir dos resultados da referida assembléia, definiu-se conjuntamente que as propostas educacionais seriam centradas em 3 (três) aspectos fundamentais: Democrático, Participativo e Realista.

Baseados em tais aspectos, foram levantados princípios norteadores que priorizam a PRÉ - ESCOLA e as SÉRIES - INICIAIS de ensino, os quais representam o principal desafio deste Plano, considerando que a grande incidência de reprovação evidenciada nas séries iniciais do 1º Grau, tem como pressuposto o fracasso da alfabetização nestes níveis de ensino.

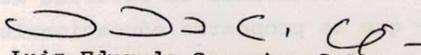
Considerando o Plano Municipal de Educação como um processo permanente de elaboração, efetivação e reelaboração de ações educativas, é importante ressaltar que, de seus passos iniciais até o presente momento, várias das propostas apresenta

das foram atendidas e outras tantas encaminhadas, tais como: eleição de Diretores, Implantação e Implementação de Programas de Educação Pré-Escolar e de Educação de Adultos, Implantação do Estatuto do Magistério, além de Concurso Público.

Diante disso, a Prefeitura da Cidade do Natal, somando esforços com a Secretaria Municipal de Educação, apresentam um Projeto Educacional claro e realizável, considerando que as mudanças propostas e aceitas por todos, não são tarefas para ninguém assumir de forma isolada, mas com a certeza de que a participação coletiva e a divisão de responsabilidade entre órgãos centrais, educadores em geral, servidores, alunos, pais, enfim a comunidade, num verdadeiro mutirão, saberão encontrar as soluções para os graves problemas enfrentados pela educação de nossa terra.



Garibaldi Alves Filho
PREFEITO



Luiz Eduardo Carneiro Costa
SECRETÁRIO

I - PROCESSO VIVENCIADO

Na campanha das eleições de 15 de novembro de 1985, o Prefeito da Cidade de Natal, então candidato, assumiu, em praça pública, o compromisso com a população de resgatar a sua participação na gestão e controle dos serviços públicos.

A Secretaria Municipal de Educação (SME), em consonância com essas intenções, preocupou-se em definir uma política educacional que se aproximasse dos interesses da comunidade escolar, na solução dos problemas e dificuldades existentes na Rede Municipal de Ensino.

A definição dessa política se operacionalizaria a partir da elaboração de um plano de educação, que fosse norteado pelos princípios DEMOCRÁTICO, PARTICIPATIVO e REALISTA.

DEMOCRÁTICO, porque estariam representados coletivamente os diversos interesses dos grupos que formam a comunidade escolar.

PARTICIPATIVO, porque seria parte de uma caminhada onde se resgatasse o direito de voz e vez, isto é, o direito de definir os meios e os fins de um processo educacional desejado pelas pessoas nele envolvidas.

REALISTA, porque deveriam conter prioridades, metas e ações possíveis de serem efetivadas, bem como, recursos técnicos e financeiros indispensáveis à sua operacionalização.

A deflagração deste processo ocorreu com a elaboração de uma proposta de trabalho que foi discutida pelos Órgãos Centrais da SME, contendo os pontos norteadores e os passos a serem dados no processo de discussão e elaboração do plano, junto aos diversos setores da SME e comunidade escolar. Para prosseguimento da referida proposta de trabalho, evidenciaram-se os passos a seguir:

- 1º - Formação de um grupo de trabalho constituído por representantes eleitos em cada setor da SME, sob a coordenação da Unidade

Setorial de Planejamento (USP), com o objetivo de discutir e encaminhar o processo de elaboração do Plano Municipal de Educação. Após cada reunião do grupo de trabalho, os representantes de cada setor da SME apresentavam e discutiam os temas e as conclusões destas reuniões com os demais integrantes dos setores

- 29 - Realização de um encontro com o pessoal dos Órgãos Centrais da SME, nos dias 21 e 22 de outubro/86, contando com 253 participantes. O objetivo deste encontro foi divulgar e discutir propostas iniciais do Plano e as formas de encaminhamento junto às entidades de classe e escolas, cuja temática central foi a "Contextualização da Educação e Sociedade".

A partir da reflexão e discussão desta temática e dos problemas existentes na Rede Municipal de Ensino, foram evidenciadas várias preocupações, que são aqui apresentadas de forma generalizada:

- . necessidade de uma melhoria na qualidade do ensino;
- . necessidade de uma redefinição da estrutura e funcionamento da SME, com estudo das atribuições de cada setor;
- . falta de autonomia administrativa, pedagógica e financeira das escolas;
- . insatisfação diante da atual política de capacitação e valorização de recursos humanos;
- . precariedade das instalações físicas e materiais das escolas;
- . necessidade de uma maior participação da comunidade escolar (alunos, professores, funcionários, pais, associações de classe

- e comunitários) na prática educativa.
- 39 - Realização de uma reunião com diretores de escolas, em 24 de outubro/86, para divulgação do documento inicial da proposta de trabalho, levantamento de propostas, discussão das intenções do Plano e elaboração de um cronograma de discussão junto às escolas.
 - 49 - Elaboração de uma carta de convocação do Secretário a toda a comunidade escolar, discutida com todos os seus segmentos no período de 11 a 13 de novembro de 1986 para divulgar o processo de elaboração do Plano, de forma a assegurar a democratização e participação em todos os níveis das pessoas envolvidas no processo educacional do Município de Natal.
 - 59 - Realização de uma reunião com os representantes das entidades de classe APRN, ANARTE, ASSOERN, ASSERN, ANPAE E UMES), onde foi explicitado o processo que levaria a elaboração do Plano Municipal de Educação e discutidos mecanismos para um trabalho em conjunto (SME e ENTIDADES). Em razão dessas entidades não terem participado desde o início das discussões, decidiram que se envolveriam somente a partir dos debates a serem realizados nas escolas e no seminário, como também na efetivação do Plano.
 - 69 - Parada por escolas, para levantar propostas para o Plano Municipal de Educação, junto a todos os segmentos (professores, alunos, pais equipes administrativa e técnico - pedagógica e pessoal de apoio).
 - 79 - Realização de encontros por pólo (agrupamento de escolas, obedecendo ao critério de proximidade geográfica), para apresentação e discussão das propostas encaminhadas por cada escola, com o objetivo de discuti-las conjuntamente com representantes da comunidade escolar.

Como resultado deste trabalho realizado em 11 pólos, abrangendo às 38 escolas da Rede Municipal, elaborou-se um documento contendo todas as propostas apresentadas pelos Órgãos Centrais da SEME e por cada Escola, agrupadas por Política de Pessoal, Assistência ao Educando, Cultura, Orçamento, Recursos Mate

riais, Equipamentos e Outros), preservando as especificidades das escolas, retratadas na sua problemática e nas suas reivindicações.

89 - Encaminhamento deste documento a todas as escolas municipais, entidades de classe e órgão da SME, com o objetivo de fornecer uma visão geral das propostas de forma a subsidiar o trabalho das escolas e a votação das propostas no seminário.

99 - Elaboração de uma síntese das propostas mais gerais de todos os pólos, com o objetivo de facilitar a análise, discussão e votação das propostas que foram submetidas à plenária para aprovação.

109 - Realização do Seminário Municipal de Educação, nos dias 12 e 13 de fevereiro/87, a fim de discutir e aprovar propostas para o Plano Municipal de Educação - Biênio 87/88, com a participação de toda a comunidade escolar da Rede Municipal de Ensino da Cidade do Natal (alunos, professores, pais, equipes técnicas e funcionários da SME), entidades de classe, partidos políticos, entidades representantes de bairros, centrais sindicais e demais interessados, totalizando 1.769 participantes.

A programação deste seminário constou de uma conferência sobre "Participação entre o Autoritário e o Democrático", proferida pelo professor Elimar Nascimento, da UFPB. Esta conferência ofereceu subsídios para reflexão e discussão de aspectos e problemas pertinentes à Educação, oferecendo elementos para um planejamento participativo.

Durante o seminário, foi distribuída uma cartilha que teve como finalidades:

- divulgar a proposta de trabalho a toda a comunidade escolar;
- convocar todas as pessoas envolvidas no processo educacional a participar da elaboração do Plano;
- oferecer subsídios para um maior acompanhamento, controle e avaliação da execução do Plano Municipal de Educação para o biênio 87/88.

1. Democratização da Educação

A democratização da educação é vista principalmente nas suas condições objetivas, que, por esta rem ligadas à democratização da sociedade em seu todo, estão longe de serem alcançadas, visto implicarem em transformações estruturais da economia que não se faz presente na conjuntura atual em que vivemos.

As lutas por mais verbas para a educação, melhores salários e condições de trabalho, reformulação curricular, revisão de conteúdos e sistema de avaliação em que pese a sua importância para a Democratização da Educação, não são acompanhadas de considerações sobre as questões subjetivas que norteiam a nossa prática no cotidiano.

É interesse deste Plano, ao lado das lutas gerais acima explicitadas, resgatar também as relações sociais que perpassam a educação no sentido de sua maior apropriação por todos os que fazem este processo.

Não é à toa que, dentre as bandeiras levantadas para a melhoria de ensino, pouco se toque nas relações autoritárias cotidianas, vivenciadas a nível de órgão central e escola, como por exemplos:

- . quantidade de decisão que as autoridades e os professores tomam nas relações cotidianas de ensino, sem dar a menor explicação a alunos e pais;
- . os planos e os projetos que entram e saem da escola, sem o mínimo de questionamento pela comunidade para a qual se destina;
- . utilização de uma prática de execução de projetos de cima para baixo, sem considerar o posicionamento dos executantes e beneficiários dos mesmos;
- . relações autoritárias entre:
 - . órgãos centrais e escolas;

, escola e diversos segmentos que a compõem.

A democratização da educação jamais se dará de forma autoritária, mas, através de uma mudança dos hábitos subjetivos do educador e do educando.

A mudança nos hábitos subjetivos significa o direito e liberdade de tornar público o que é privado, contestando; apontando falhas, colaborando e participando ativamente, responsabilizando-se, comprometendo-se, ouvindo, acatando, apoiando, orientando e sendo justo.

A educação democrática não precisa ser igual em todos os lugares. Ela pode encontrar várias formas de organização, porque várias são as formas de organização, decisão e controle. O eixo central da democratização está na participação efetiva e igualitária de todas as pessoas envolvidas no processo educacional.

2. Princípios Norteadores

2.1. A educação que se efetiva nas escolas públicas municipais deverá ser entendida como um dever do Estado financiá-la, proporcionando aos trabalhadores/cidadãos uma educação de qualidade sob sua gestão e controle.

2.2. Sendo a educação constituída em um direito social, deverá não só permitir o acesso, mas também a permanência das camadas populares que a procuram, oferecendo um ensino de boa qualidade que atenda aos seus interesses, visto que contam, exclusivamente, com esta escola para ingressarem numa sociedade letrada.

2.3. A melhoria da qualidade do ensino deve ser uma construção conjunta de todas as pessoas envolvidas no processo educacional, para que não haja separação entre quem decide e quem executa, quem manda e quem obedece, quem sabe e quem não sabe.

2.4. A Pré-escola e as séries iniciais de Ensino (1ª e 2ª) deverão constituir-se no principal desa

fio deste Plano e, conseqüentemente, dos educadores comprometidos com as camadas populares, uma vez que o fracasso escolar das crianças destas camadas está intimamente ligado ao fracasso da alfabetização,

Deverá ainda priorizar as 5^{as} e 6^{as} séries, visto serem estas as que também apresentam grandes estrangulamentos no que se refere à evasão e à repetência.

2.5. A prática do professor e dos grupos de trabalho na escola deverá ter como ponto de partida a observação e conhecimento da realidade dos alunos, proporcionando aos mesmos a aquisição do ler, escrever e contar, imprescindíveis para convivência em nossa sociedade.

2.6. Que a escola seja entendida como uma instituição de produção e transmissão do saber. Deverá ter também o papel político de resgatar as lutas mais gerais empreendidas pela sociedade (Constituição, Reforma Tributária, Reforma Agrária e Outras), oportunizando aos seus beneficiários (alunos e pais) o conhecimento e a descoberta de formas de participação política nessas lutas, como meio de exercerem a sua cidadania. Deverá ainda ter a clareza de que a escola não se constitui numa instituição prestadora de serviços assistenciais (alimentação, saúde e lazer), mesmo que, por questões estruturais, tenha que executar essas práticas.

2.7. No processo de produção do conhecimento, a escola deverá confrontar diferentes saberes: o saber diferenciado de professores e alunos; o saber diferenciado da comunidade onde ela está inserida e o saber diversificado da comunidade acadêmica. Só desta forma ela poderá responder as questões que lhes são cruciais, como: que saber produzir? para que produzir? como produzir? Do contrário, ela estará gerando uma ilusão do saber, uma inca

pacidade de aprender e uma ignorância prepotente.

2.8. As práticas que se dão de forma fragmentadas na escola (Educação Física, Legislação Escolar, Assistência ao Educando, Atividades Culturais, Educação de Adultos, Grêmios Estudantis e Reuniões de Pais) sejam revistas e efetivamente inseridas dentro do todo da escola e, assim, assumidas como partes integrantes do ensino.

III - AÇÕES EDUCACIONAIS

1. Educação Pré-escolar

Considerando:

- que a educação pré-escolar desenvolvida pela Secretaria de Educação do Município de Natal atende a 5,6% de uma população de 30.383 crianças na faixa etária de 04 a 06 anos¹;
- que a prática pedagógica da pré-escola vem se dando de forma diferenciada, dependendo da fonte de recursos que a financia;
- que uma das questões polêmicas neste nível de ensino refere-se à indefinição acerca da concepção de alfabetização;
- a insuficiência de oferta de vagas para este nível de ensino;

foram definidas as seguintes propostas:

- que a concepção de alfabetização seja uma questão prioritária nos encaminhamentos e discussões durante todo o período de vigência desse plano;
- definir uma proposta político-pedagógica com a participação de todos os segmentos envolvidos neste nível de ensino;
- oferecer um ensino de boa qualidade à criança desta faixa de idade;
- implantar em todas as escolas municipais o ensino pré-escolar, limitando o nº de alunos em 25 por sala de aula;

2. Educação de 1º Grau

O ensino de 1º grau, no município de Natal, está a requerer estudos mais profundos que possam dar conta de sua grande complexidade: falta de recursos

1 - F.IDEC/USP/SEC-RN-1984

financeiros, crescente índice de evasão e repetência, inadequação curricular, construções escolares deficientes, duplicação de atendimento de escolas estaduais e municipais em um mesmo bairro, gerando ociosidade de atendimento em alguns bairros e deficiência em outros.

O que vem a ser o ensino público municipal?

A Lei 5.692/71, além de renovar o ensino básico, de 1ª à 4ª série, como responsabilidade dos municípios, estendeu essa responsabilidade para 04 anos a mais de ensino, o antigo curso ginásial. Assim sendo, a partir da vigência desta Lei, coube ao Município a responsabilidade do ensino de 1º grau, englobando, no entanto, 08 séries.

Se o Município nunca conseguiu dar conta do ensino público e gratuito de 1ª à 4ª série, para todas as crianças que dele quisessem participar, como então estender este atendimento? Sem falar que financeiramente a Reforma Tributária de 1967² retirou dos Municípios e Estados grande parcela dos recursos infinitamente inferiores aos encargos.

Sabe-se que, na prática, não é possível responsabilizar os Municípios pelo ensino de 1º grau na situação em que se encontra esta Federação, do ponto de vista tributário, político e social.

O ensino de 1º grau oferece a educação mais cara, pois é o único serviço educacional obrigatório que deve atender à totalidade da população escolar em todos os dias do ano.

Só um estudo profundo que permitisse juntar o mínimo de informações precisas sobre o ensino de 1º grau, nos municípios, agregado a uma descentralização de recursos financeiros e decisões pedagógicas, além da discussão com todos envolvidos na questão da municipalização do ensino, sua gestão e controle, é que

2 - Pereira, Osny Duarte - A Constituição do Brasil de 1967 - Ed. Civilização Brasileira, 1967 - pág. 393 - 416.

poderia divisar saídas para este fosso.

O pensar coletivo que norteou este Plano Municipal de Educação evidencia uma preocupação de alunos, pais, professores, equipe técnica, administrativa e de apoio e órgãos centrais da SME, na busca de caminhos que objetivem uma reflexão e encaminhamento de ações para a Rede Municipal de Ensino, buscando cada vez mais atender aos interesses e expectativas das camadas populares que procuram a escola pública.

Como ponto de partida, atrelada a outras questões, uma providência, mais urgente, seria a chamada escolar (oferta/demanda) que possibilitasse uma melhor redistribuição de vagas nos bairros periféricos da cidade, devendo isto acontecer de forma conjunta com o sistema de ensino estadual.

No bojo das questões internas que se constituem no cotidiano escolar, urge que pensemos em perseguir um redimensionamento:

- . das relações de poder e saber que perpassam pela escola pública;
- . do acesso e permanência a todos que procuram a escola pública;
- . da gestão e controle do ensino público por todos que estão envolvidos no processo educacional.

Considerando o exposto acima, foram definidas as seguintes propostas:

- definir uma proposta político - pedagógica da Pré-escola à 8ª série, com a participação de todos os segmentos;
- priorizar uma proposta de trabalho para o biênio 87/88, tendo em vista a solução dos estrangulamentos (evasão e repetência) nas 1ªs e 2ªs, 5ªs e 6ªs séries;
- tratamento igual para as escolas, independente do número de alunos, localização e ideologia política

de todos quanto fazem a comunidade escolar;

- definição clara dos objetivos a que a escola se propõe por todos envolvidos no processo educacional;
- elaboração de um currículo que atenda aos interesses dos alunos das camadas populares, com a participação da comunidade escolar;
- redefinição da grade curricular, especialmente Educação Física, Educação Artística, Ensino Religioso e Educação para o Trabalho, com a participação dos professores, alunos e equipe técnica;
- levantamento de dados sócio-econômicos junto à escola e à comunidade e sua real utilização no processo de aprendizagem do aluno, aproveitando inclusive os dados existentes na SME, visando à melhoria de ensino;
- autonomia pedagógica, administrativa e financeira para as escolas com a discussão, elaboração e aprovação do Regimento Escolar;
- maior envolvimento dos professores com o processo ensino - aprendizagem, conscientizando-se de seu compromisso profissional, contribuindo para que haja incentivo ao aluno quanto à frequência e a participação nas aulas;
- redefinição dos serviços técnicos na escola (Administração Escolar, Orientação Escolar e Supervisão Escolar), em função da aprendizagem, envolvendo entidades educacionais e de classe;
- o processo ensino - aprendizagem deve possibilitar a evolução e o desenvolvimento intelectual e crítico do aluno;
- resgate do papel da escola, a partir da sua função fundamental - ler, escrever e contar;
- recuperar o ensino - aprendizagem através de uma revisão dos conteúdos da 3ª à 8ª série;
- sistematizar conteúdos significativos a partir do universo do aluno e de sua realidade social e econômica;

mica;

- análise crítica dos livros didáticos realizada pelos professores e pela equipe técnica da escola;
- implantação de turmas de 5.^a a 8.^a série em escolas municipais, que não as possui, atendendo às solicitações das comunidades;
- limitação do número de alunos de 25 a 30 por sala de aula;
- discussão ampla com a escola e a comunidade sobre a permanência ou extinção do turno intermediário;
- atendimento às especificidades do turno noturno, re_vendo horário, conteúdo e metodologia;
- reorganização do sistema de avaliação (promoção, re_cuperação, reforço), considerando as questões rela_cionadas à evasão e repetência;
- revisão da Portaria de Avaliação nº 212/76-SEC/GS , para possíveis modificações;
- estabelecimento dos critérios de avaliação (provas, testes, conceitos e notas) por professores, equipe técnica e alunos;
- avaliação anual e conjunta (Órgão Central e Unidades Escolares) das programações que chegam à escola ten_do em vista a viabilidade das mesmas;
- modificações feitas nas programações da escola só deverão ocorrer depois de estudadas, acompanhadas e avaliadas por todas as pessoas envolvidas nas refe_ridas programações;
- avaliação e reflexão da prática pedagógica no final de cada bimestre na escola, envolvendo professores, equipe técnica, direção e representação de alunos;
- revisão da proposta da Escola Produtiva;
- necessidade de avaliação do conceito de crianças sus_peitas de excepcionalidade, como critério para a criação ou não de classes especiais;
- criação de classes especiais para alunos com proble

mas de aprendizagem;

3. Educação Física

Considerando:

- que a educação física na SME trabalha com recreação, educação física formal e desportos;
- que, das 36 escolas de 1ª à 4ª série, apenas 06(seis) trabalham recreação com profissional especializado;
- que a educação formal e a prática desportiva são de de envolvidas nas 11 escolas de 5ª a 8ª série, sendo que apenas 05 dispõem de espaço físico necessário a essas práticas;
- a insuficiência de recursos financeiros e didáticos para realização destas práticas;
- a falta de espaço físico na maioria das escolas mu nicipais;

foram definidas as seguintes propostas:

- redifinição da prática de educação física (conteúdo, metodologia e formas de assessoramento);
- ampliação do quadro de professores, visando à expan são da recreação de 1ª à 4ª série;
- reativação da educação física não formal, com a fi nalidade de proporcionar lazer, integração e bem-es tar aos alunos, famílias e comunidades;
- criação de um banco de material permanente na Sub coordenadoria de Educação Física, que será cedido por empréstimo às escolas para a prática de educa ção física não formal;
- construção de áreas esportivas que atendam às esco las que não dispõem de espaço físico;
- definição de meios que proporcionem a integração da educação física às demais práticas da escola;
- alocação de recursos financeiros destinados à recre ação, educação física formal e não formal e aos jogos

escolares municipais;

4. Educação de Adultos

Considerando:

- o elevado índice de jovens e adultos que não tiveram acesso à escola ou dela se afastaram antes de concluírem as quatro primeiras séries do ensino de 1º grau;
- a má distribuição espacial de vagas nas escolas;
- a inexistência de unidades escolares na zona periférica da cidade do Natal que atendam à demanda escolar;
- que a clientela envolvida na força de trabalho carece de horário para estudar durante o dia;
- a inexistência de uma política técnico - pedagógica na área da educação de adultos;
- entraves técnico - pedagógico para a operacionalização de uma proposta de educação de adultos;
- a não autonomia da SME quanto à definição de recursos financeiros aplicáveis aos projetos vinculados à Fundação Educar;
- a disparidade de salários entre bolsistas e professores do sistema;
- que o atendimento a jovens e adultos dá-se apenas através dos Projetos Saber e Ascensão;

foram definidas as seguintes propostas:

- definição de uma política de ação da SME na área de Educação de Adultos, tendo em vista os entraves financeiros e pedagógicos existentes em todos os projetos desta área;
- criação do Ensino Supletivo de 1º Grau Maior (5ª à 8ª série);
- extinção do Programa de Educação Integrada, substituindo-o pelo Sistema Regular de Ensino para atendi

- mento aos alunos fora de faixa;
- criação de uma subcoordenadoria a nível de Educação de Adultos;
 - criação de ambientes físicos, com infra-estrutura para o desenvolvimento de atividades pedagógicas.

5. Inspeção Escolar

Considerando:

- a necessidade de uma reformulação na grade curricular, com base na legislação vigente, em atendimento aos anseios da comunidade escolar dando maior ênfase às disciplinas do núcleo comum e do artigo 7º da Lei nº 5.692/71;
- que a sistemática de avaliação operacionalizada nas escolas da Rede Municipal de Ensino necessita de uma revisão, buscando um aproveitamento maior na aprendizagem do aluno;
- a importância em divulgar a Legislação do Ensino junto à comunidade escolar para que a mesma tome consciência dos seus direitos e deveres, bem como ser informada das normas estabelecidas pelo Regimento Escolar e demais dispositivos legais contidos em leis, decretos, resoluções e portarias, fazendo chegar especialmente ao aluno toda uma informação e respaldo pertinente a sua vida escolar;
- que se faz necessário a Inspeção participar na elaboração de um currículo mais significativo para a comunidade escolar, para que a mesma tenha um melhor desenvolvimento dentro do processo educativo;
- que, em razão de mudanças constantes do pessoal técnico e administrativo nas escolas, faz-se necessário promover treinamentos, a fim de proporcionar condições para o desempenho de suas funções no que se refere à organização, autenticidade e regularidade da vida escolar do aluno;

foram definidas as seguintes propostas:

- redefinição da grade curricular do 1º grau, com a participação dos professores, alunos e equipes técnicas;
- revisão da Portaria de Avaliação para possíveis modificações;
- divulgação e discussão da legislação de ensino junto aos Órgãos Centrais e às Escolas;
- participação na elaboração de um currículo que atenda aos interesses dos alunos e de toda a comunidade escolar;
- treinamentos para o pessoal técnico e administrativo da Rede Municipal de Ensino.

. Integração Escola/Comunidade

A integração Escola/Comunidade, embora apontada nos programas escolares como objetivo a ser alcançado, se constitui num desafio a ser atingido. Não se pode falar em integração, quando na prática, Escola e Comunidade nunca conviveram bem.

Entendendo-se essa Integração como uma necessidade metodológica, um dever da Escola e um direito da Comunidade - aqui entendida como pais, alunos, associação de bairros - não se pode continuar negando a participação destes segmentos que se constituem beneficiários diretos desse serviço público.

Sendo as escolas instituições de produção/reprodução/transmissão do saber sistematizado, é exigência primeira nesta produção do conhecimento, a participação da Comunidade, para que se possa conhecer e confrontar os diferentes saberes (acadêmico e popular) que devem ser considerados na produção do saber sistematizado na escola.

Esta participação não se dará na relação obrigatória escola/comunidade, onde o aluno não é considerado como a razão de ser do ensino, a comunidade na escola e o portador de experiências e problemas da comunidade, questões fundamentais para o processo de pro

dução do saber.

Ao falar em participação, não podemos deixar de lado a presença do poder público, que, como tal, tem o brigação de oferecer um ensino de melhor qualidade, uma política de administração de recursos humanos e financeiros que venha a atender as reais necessidades da população usuária do serviço público.

Um outro aspecto que se deve levar em conta é que a autonomia da escola só terá sentido se houver compromisso com o interesse público mais amplo.

Tudo isto está a pedir uma mudança nas relações cotidianas dos órgãos centrais e escola, uma reorganização nas formas burocráticas de gestão e controle das questões educacionais, uma reorientação no sentido de que a escola comece a se adaptar ao aluno. Tais modificações implicarão no enriquecimento, cada vez maior, da produção do conhecimento, que, elaborado coletivamente, incorpore e traduza de forma compreensível os conhecimentos mais importantes e avançados no campo das ciências, artes e cultura, indispensáveis para instrumentalização das camadas populares.

Considerando o exposto acima, foram definidas as seguintes propostas:

- assegurar aos alunos o direito de aprender, discutindo essa aprendizagem ao nível da família e não só a nível do aluno;
- instituir os Conselhos Escolares e Conselhos de Classe como organismos de representação e decisão da comunidade escolar;
- participação dos alunos nas decisões e organização da escola;
- participação efetiva dos pais na escola, opinando e decidindo acerca das ações educativas;
- criar mecanismos que possibilitem aos financiadores dos serviços públicos a garantia da validade dos seus interesses, a fiscalização e controle da administra

ção destes serviços.

7. Apoio ao Educando e à Comunidade

Considerando:

- a não existência de espaço físico na SME que comporte os diversos setores da Coordenadoria de Assistência ao Educando (CAED) - banco do livro, merenda escolar, identidade estudantil, saúde escolar;
- a falta de um trabalho conjunto entre Subcoordenadoria de Orientação Pedagógica e Educacional (SOPE), escolas e banco do livro, na análise e discussão para a escolha do livro didático, bem como o acompanhamento da metodologia e sua aplicação;
- a identidade estudantil é utilizada estritamente para abatimento nas passagens de transportes coletivo;
- a falta de transporte, dificultando a distribuição do livro didático e da merenda escolar;
- o não engajamento de médicos, dentistas e oftalmologistas nos programas de saúde da CAED a serem desenvolvidos nas escolas;
- a ausência dos pais no que se refere à participação nos programas desenvolvidos nas escolas;
- que as funções dos agentes de saúde são desempenhadas por pessoas, na maioria das vezes, com serviços prestados, sem os critérios profissionais necessários ao desempenho das atividades do Comitê de Saúde;

foram definidas as seguintes propostas:

- redefinição da atuação da CAED junto aos setores que a compõem, a partir de uma análise crítica, reflexiva e educativa de suas atividades na escola, numa perspectiva de eliminar o caráter essencialmente assistencialista da Instituição;
- redimensionamento das ações de alimentação e saúde escolar nos aspectos educativo e preventivo, junto à comunidade escolar;

- desenvolvimento de ações de educação para a saúde, envolvendo escola e comunidade para discussão de aspectos relacionados às condições de vida, saúde e educação da população local;
- adoção de medidas que viabilizem uma integração nas ações do Banco do Livro com a Coordenadoria de Ensino, especificamente junto à SOPE, de forma a permitir um processo de análise sistemática para indicação e distribuição do Livro Didático e, conseqüentemente, permitir o acompanhamento, controle e avaliação do Programa do Livro Didático, tendo em vista a qualidade e a significatividade do conteúdo a ser ministrado à clientela a quem ele se destina;
- criação e manutenção de bibliotecas escolares e comunitárias, bem como renovação e ampliação dos acorvos das bibliotecas já existentes;
- expansão e/ou continuidade do Projeto de Hortas Escolares;
- reivindicação junto à Fundação de Assistência ao Educando (FAE) para o aumento de verbas com vistas à melhoria na qualidade e quantidade da merenda escolar;
- expansão da distribuição da merenda escolar, com atendimento aos alunos de 5ª a 8ª série, incluindo o turno noturno e Educação Integrada;
- fornecimento de temperos e condimentos para melhorar o sabor da merenda;
- a existência de transporte específico para o programa da merenda escolar, garantindo a sua distribuição de forma sistemática e pontual;
- criação de um conselho com representação de pais para o acompanhamento dos diversos programas desenvolvidos na escola;
- adoção de medidas que viabilizem o acesso do estudante a atividades de cunho sócio-educativo - cultural e desportivo, promovidas por entidade e/ou ór

gãos estaduais e municipais, com redução do valor do ingresso;

- distribuição do material escolar aos alunos no início de cada semestre (lâpis, borracha, caderno e coleção);
- não exigência do fardamento escolar;
- distribuição gratuita de livros didáticos, escolhidos pelo professor, em todas as áreas de estudo e em todos os níveis de ensino;
- remoção dos médicos e dentistas lotados na SME para a Secretaria Municipal de Saúde, visando ao atendimento de alunos encaminhados pelas escolas;
- triagem médica nas escolas e encaminhamento de casos específicos à Secretaria de Saúde;
- acompanhamento e distribuição da merenda escolar através de um conselho criado na escola para execução desta ação, o qual deverá contar com a participação dos pais;
- garantia de assistência médica e dentária aos alunos da Rede Municipal, tanto em caráter preventivo como curativo, pelo Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde do Estado do Rio Grande do Norte;
- funcionamento do Comitê de Saúde e criação de farmácia escolar para primeiros socorros, com material fornecido pela SME;
- criação da categoria profissional "Agente de Saúde" para dinamizar o Comitê de Saúde nas escolas;
- aquisição de um espaço físico para melhor funcionamento das atividades da CAED;

Incentivo e Valorização da Cultura

Considerando:

- cultura como um processo de criação/recriação de si, do outro e do mundo;
- alunos, pais, professores como portadores de uma

- cultura própria da classe social a que pertencem;
- que a escola e os órgãos centrais negam a cultura própria dos alunos e pais, legitimando como única a cultura dominante;
 - os impasses advindos da criação da Secretaria da Cultura, sem uma discussão prévia das experiências culturais existentes nas escolas, provocaram o esvaziamento de recursos financeiros e das propostas pedagógicas da Coordenadoria de Atividades Culturais;

foram definidas as seguintes propostas:

- redefinição do papel da Coordenadoria de Atividades Culturais;
- que a SME assegure uma infra-estrutura que possibilite a execução de propostas relativas à cultura;
- que a SME assegure a autonomia das escolas na escolha dos projetos culturais a serem desenvolvidos;
- efetivação do Projeto Cultural "Câmara Cascudo", elaborado pela Coordenadoria de Atividades Culturais, no que se refere:
 - . à criação de oficinas de produção artística (dança, música, teatro e artes plásticas);
 - . à promoção de concursos literários nas áreas de poesia e prosa;
 - . ao resgate da memória cultural, através de pesquisa, registro e revitalização dos nossos costumes populares;
 - . à implementação de grupos parafolclóricos;
 - . à produção de textos literários.
- resgate de um espaço físico que possibilite ao aluno a exploração de todo seu potencial artístico-cultural, ou seja, da Escolinha CRIART e Galeria Chico Santeiro, que se encontram desativadas;
- criação e manutenção de áreas de lazer que também

serão aproveitadas para a prática de educação física;

- aquisição de livros técnicos para professores e equipe técnico-administrativa para fundamentação da prática pedagógica;
- disponibilidade de ônibus para as escolas realizarem visitas e pesquisas a lugares históricos com um calendário pré-estabelecido;
- criação de oficinas de dança (ballet, grupos para folclóricos, jazz e danças populares), de teatro, de música, de artes plásticas (modelagem, pintura, escultura e desenho) e de sucata, atendendo às reivindicações das escolas, sendo coordenadas por professores de Educação Artística e Educação Física.

1. Reorganização da Estrutura e do Funcionamento da Secretaria Municipal de Educação (SME).

Considerando:

- a estrutura administrativa da SME, que evidencia uma excessiva centralização dos serviços educacionais , favorecendo o distanciamento cada vez maior das escolas, influenciando no funcionamento destas e conseqüentemente na qualidade do ensino.
- os trabalhos efetuados nos Órgãos centrais, que se vêm dando de forma fragmentada, resultando no desconhecimento das ações realizadas pelos diversos setores, o que gera a prática de ações paralelas;
- ausência de uma sistemática de trabalho, a nível central, que possibilite um fluxo de informações pedagógicas e funcionais entre a Secretaria e as Escolas;
- inexistência de um serviço, a nível central, que venha atender especificamente às reivindicações e denúncias de alunos e pais;
- ausência de infra-estrutura física e material, tanto nas escolas como nos Órgãos centrais da SME, resultando nas precárias condições de trabalho;

foram definidas as seguintes propostas:

- reorganização administrativa e organizacional da Secretaria Municipal de Educação com o estudo das atribuições de cada setor;
- integração dentro de cada setor e entre os vários setores que fazem os Órgãos centrais, para que possam chegar à escola de forma mais organizada;
- criação de um boletim informativo dos diversos setores da SME, para uma melhor integração entre os setores e a escola;
- encaminhamento ao chefe imediato de informações atualizadas da situação funcional do servidor que atua

nas escolas e órgãos centrais, tais como: aposentadoria, mudança de nível, laudo médico e outros, pelo setor de pessoal da SME;

- retorno da utilização do malote para facilitar a comunicação entre SME e escolas em, pelo menos, 2 dias na semana;
- criação de uma infra-estrutura que ofereça condições mínimas de trabalho aos funcionários da SME;
- adoção de medidas únicas para remoção de pessoal, lotação em escolas e licenças médicas;
- suprimento às escolas de infra-estrutura necessária no que se refere à área de pessoal, atendendo às suas necessidades reais e emergentes;
- cumprimento do horário do diretor na escola;
- eleições para diretor e vice-diretor de escola em 30 de abril de 1987, acabando com o atrelamento desses à Secretaria de Educação, comprometendo-os com a comunidade escolar que os elegeu;
- criação de um serviço de atendimento que oportunize aos pais e alunos apresentarem e discutirem suas denúncias e reivindicações (discutir, avaliar e propor);
- funcionamento da SME em dois turnos, reveesando as equipas.

2. Administração de Recursos Humanos

Considerando:

- a grande complexidade da Rede Municipal de Educação, que possui um quadro heterogêneo de pessoal formado por Quadro do Magistério e Quadro Técnico-Administrativo, sob diversos regimes de trabalho: celetista , serviços prestados e bolsista, bem assim contendo desvio de funções;
- a enorme rotatividade de pessoal lotado em escolas a fastadas do centro da cidade, gerando uma quebra no processo ensino-aprendizagem dessas escolas;

- as precárias condições de trabalho decorrentes de:

- . burocratização excessiva;
- . constantes desvios de funções;
- . má formação e qualificação de recursos humanos;
- . excesso de pessoal em determinados setores do or
gão central e unidades escolares;

foram definidas as seguintes propostas:

- realização de cursos de atualização, seminários e treinamentos para equipe técnica e administrativa, professores, pessoal de secretaria, biblioteca e apoio, com carga horária mínima determinada pelo Estatuto do Magistério Municipal de Natal (em fase de tramitação entre Prefeitura e Câmara Municipal, quando da elaboração deste Plano), que estabelece gratificação de atualização, aperfeiçoamento e especialização;
- realização de cursos em áreas específicas: Alfabetização, Língua Portuguesa, Matemática, Recreação e Merenda Escolar;
- criação de um Centro de Treinamento Técnico para os profissionais de educação, dirigido por pessoas qualificadas e que representem os interesses dos educadores;
- reformulação do convênio do Curso de Alfabetização firmado entre Secretaria e UFRN, garantindo também o acesso de professores da 3ª e 4ª séries ao referido curso;
- integração e intercâmbio com as Secretarias de Educação de outros Estados para troca de experiências;
- aprovação e cumprimento das disposições estabelecidas no Estatuto do Magistério;
- desenvolvimento de uma política de valorização dos recursos humanos;
- implementação de um plano de reclassificação de pessoal técnico-administrativo, contemplando mudança de

nível, piso salarial, gratificação de insalubridade para algumas funções e outras gratificações, sendo que os pisos salariais para o pessoal do Magistério te nham os seguintes percentuais do salário mínimo vig en te para o valor de hora/aula:

- . Professor P-5 - 6,0 (seis inteiros)
- . Professor P-4 - 5,0 (cinco inteiros)
- . Professor P-3 - 4,5 (quatro inteiros e cinco décimos)
- . Professor P-2 - 3,5 (tres inteiros e cinco décimos)
- . Professor P-1 - 3,3 (três inteiros e três décimos)
- valorização e respeito pelo trabalho de datilógrafos, telefonistas, auxiliar de serviços gerais e motoristas que também prestam serviços à educação;
- incentivo ao professor e especialista em educação que trabalham em locais de difícil acesso, através de gratificação e outros estímulos, sendo o percentual financeiro estabelecido conforme o disposto no novo Estatuto do Magistério Municipal;
- revisão do Quadro de Assessor Técnico, a fim de se fazer justiça na função específica, considerando insalubridade para determinadas funções;
- que as funções do Magistério, tanto na SME como nas escolas, sejam exercidas exclusivamente pelo pessoal de Magistério: professores e especialista em educação.
- contratação de pessoal, somente, através de concurso público em todas as áreas;
- realização de concurso interno para os servidores da SME como forma de acesso à carreira do Magistério;
- cumprimento do Decreto Lei nº 3.227, de 09/12/85, que trata da progressão e ascensão funcional para os integrantes dos grupos de atividades técnicas de nível superior e atividades auxiliares;
- ampliação da equipe técnica da escola (assistente social e psicólogo);

- contratação de mais professores, vigias, pessoal para merenda e assistente social;
- criação dos cargos de Nutricionistas e de Inspetor Escolar, em função das necessidades.

3. Administração de Recursos Financeiros

Considerando:

- a Lei 5.692/71, que regulamenta o ensino de 1º e 2º graus no país, assegura o ensino de 07 a 14 anos a todo cidadão brasileiro reforçando o princípio constitucional e que o ensino de 1º grau é da responsabilidade dos municípios;
- a reforma tributária de 1967, retirou das prefeituras municipais a autonomia financeira que daria suporte à manutenção deste nível de ensino, deixando aos municípios a responsabilidade de provê-lo, mas ao mesmo tempo, suprimindo recursos que viriam favorecer um ensino de boa qualidade;
- a insuficiência desses recursos vem dificultando o encaminhamento de uma prática política adequada às especificidades do ensino de 1º grau;
- as verbas destinadas à educação são frequentemente desviadas para a construção de obras, alimentação de escolares, hospitais universitários, treinamento das forças armadas, manutenção de SESI, SENAI, SENAR, dentre outras.

foram definidas as seguintes propostas:

- que se encampe a nível de escolas, comunidades e entidades de classe, lutas em favor de uma reforma tributária que devolva aos municípios a autonomia financeira que lhes foi retirada;
- que se encaminhe uma ampla discussão com todos os setores da Secretaria Municipal de Educação, sobre o orçamento destinado à Educação Municipal;
- descentralização das ações e dos recursos financeiros por parte do órgão central da Secretaria Municipal

pal de Educação, no sentido de conceder à escola autonomia para gerenciar seus recursos;

- divulgação e prestação de contas anuais às escolas do orçamento destinado à educação;
- aplicação das verbas destinadas à educação do município, exclusivamente nas escolas públicas municipais e órgãos centrais de educação;
- participação das entidades educacionais nas decisões referentes à aplicação dos recursos destinados à educação.

4. Administração de Recursos Físicos

Construções Escolares

Considerando:

- a infra-estrutura deficitária da rede física municipal;
- a situação precária em que se encontram os prédios escolares (antigos e em péssimo estado de conservação);
- que apenas doze escolas foram construídas com finalidade própria, enquanto que as demais tiveram diversas origens (residências, clube, cinema, acompanhamentos da Campanha "De Pé no Chão Também se Aprende a Ler" e prédios cedidos pela COHAB);
- a inexistência ou insuficiência de espaço físico para a realização das práticas educativas (recreação, educação física, educação artística, preparação para o trabalho, laboratórios, bibliotecas, sala para os serviços técnicos e de professores;

foram definidas as seguintes propostas:

- restauração das instalações físicas, hidráulicas e elétricas das escolas (pintura geral de prédio, substituição de portas, janelas, quadros de giz, pisos e telhados, instalações elétricas - com luz fluorescente em todas as salas de aula - e hidráulicas);

- ampliação e melhoria das instalações físicas das escolas (copa, espaço para jardim, ventilação, banheiro, ambiente para leitura, instalação de pia, quadra, sala de aula, sala para atendimento odontológico, sala para serviço técnico-administrativo, fossa, cozinha, auditório, depósito para merenda, cobertura de quadra, aquisição de terreno vizinho para ampliação, instalação de telefone, orelhão, melhoria do tratamento da água e limpeza nas proximidades da escola);
- construção de unidades escolares para atender às escolas que solicitam mudança de espaço físico (Bernardo Nascimento, Bom Samaritano, Mário Lira, Francisca Ferreira, Chico Santeiro, Josefa Botelho, Joaquim Honório, Eugênio Pires, São Francisco de Assis e Ivonete Maciel);
- revisão periódica das instalações das escolas, priorizando as condições de funcionamento das escolas já existentes, independente da construção das Escolas de Tempo Integral;
- ampliação do Parque Escolar com a construção de 5 Escolas de Tempo Integral, como forma de atender ao Projeto arquitetônico do qual as escolas precisam;
- construção de um centro de educação pré-escolar;
- criação de um centro de treinamento técnico para os profissionais de educação, a ser dirigido por pessoas qualificadas e que representem os interesses dos educadores.

Material e equipamentos

Considerando:

- que a precariedade de material e equipamento necessários à prática educativa nas escolas é apontada como causa de deficiência do desempenho técnico-pedagógico;
- que as escolas não são planejadas dentro dos objetivos didático-pedagógicos;

- que as salas de aula não são equipadas convenientemente, estando o mobiliário, de modo geral, em precário estado de conservação;
- que as secretarias escolares não possuem equipamentos necessários e suficientes à manutenção da documentação do aluno, registrando-se, em algumas delas, riscos de extravios ou danificação dos arquivos;
- a inexistência, na maioria das escolas, de salas-ambiente para desenvolvimento das atividades, tais como: serviço de supervisão e orientação, educação física e/ou recreação, laboratório e biblioteca;
- que o fornecimento de material didático permanente, de expediente, de limpeza, bem como a manutenção das escolas, os equipamentos e mobiliários não atendem às reais necessidades das escolas;

foram definidas as seguintes propostas:

- distribuição sistemática, para as escolas, de equipamentos, material permanente, didático, limpeza, expediente, cantina, recreação e esportivo;
- concessão de material para funcionamento e manutenção de laboratórios;
- aquisição, reposição e manutenção sistemática de máquinas de datilografia, carteiras e outros equipamentos para salas de aula, sala de professores, das equipes técnicas, de secretaria escolar, de biblioteca e de salas de reunião;
- colocação de placas indicativas dos nomes das escolas;
- equipamento de salas de aula e material adequado ao ensino da pré-escola.

Por ocasião da realização do Seminário Municipal de Educação, foram votadas e aprovadas propostas que, em sua maioria, não estavam relacionadas diretamente às questões de ensino e nem vinculadas à pasta da Educação, entre tanto o seu encaminhamento contribuirá para o bom funcionamento da escola.

Estas propostas foram encaminhadas a Entidades, outras Secretarias e/ou órgãos, tanto municipais como estaduais, para que sejam viabilizadas.

Propostas:

- instalação de semáforos e PMBOX, próximos às escolas:
- vigia em todos os turnos, capacitados e treinados, sem porte de arma.
- vigia com porte de arma a partir das 23h.
- calçamento das ruas onde estão inseridas as escolas.
- não utilização dos espaços físicos das escolas para fins que interrompam as atividades escolares.
- colocação de caçambas de lixo nas proximidades das escolas.
- construção de uma ponte no povoado Gramoré para facilitar o acesso dos alunos à escola.
- segurança e iluminação nas áreas próximas da escola.
- dissolução das cantinas particulares nas escolas.
- doação de fardamentos para funcionários e auxiliares de serviços gerais (ASG).
- creches para os filhos de professores e funcionários.
- construção de abrigos (paradas de ônibus) em fren

te às escolas.

- detetização completa das escolas.
- que as Entidades de Classe encampem lutas no sentido de que as categorias que representam as sumam o compromisso com os serviços educacionais que realizam.
- que a SME tome providências junto ao IPREVINAT no sentido de mudança no atendimento da previdência, voltando ao sistema de escolha por parte do contribuinte, uma vez que agora não está ha vendo atendimento nos consultórios, prejudican do, desta forma, o servidor que já tenha inicia do tratamento com médicos de sua confiança, mas são obrigados ao atendimento no Centro com médi cos determinados pelo Sistema de Saúde do Muni cípio.

VI - MECANISMOS DE AVALIAÇÃO E CONTROLE DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Foram definidas as seguintes propostas:

- considerando que o Plano vem percorrendo várias etapas na sua elaboração, muitas propostas deverão ser viabilizadas independentes do documento final;
- o Plano deverá ser amplamente divulgado nas escolas, comunidade e entidades de classe, como forma de controle e avaliação;
- que a SME, escolas e entidades educacionais e estudantis estabeleçam mecanismos de avaliação e controle do plano;
- realização de seminários anuais com a participação do órgãos central, escolas, comunidades e entidades de classe, a fim de avaliar a execução do Plano, devendo o primeiro seminário ser realizado no início do ano letivo de 1988.

VI MECANISMOS DE AVALIAÇÃO E CONTROLE DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Considerando que o Plano vem percorrendo várias etapas em sua elaboração, a fim de proporcionar maior visibilidade e transparência às atividades de planejamento, avaliação e controle, a Comissão de Educação do Conselho Municipal de Educação, em conjunto com a Comissão de Avaliação e Controle do Plano Municipal de Educação, realizou em 1988, reuniões com os membros do Conselho Municipal de Educação e com os membros da Comissão de Avaliação e Controle do Plano Municipal de Educação, a fim de discutir e avaliar o processo de elaboração do Plano Municipal de Educação e o sistema de avaliação e controle.

As reuniões foram realizadas em 1988, com a participação dos membros do Conselho Municipal de Educação e da Comissão de Avaliação e Controle do Plano Municipal de Educação, a fim de discutir e avaliar o processo de elaboração do Plano Municipal de Educação e o sistema de avaliação e controle.

As reuniões foram realizadas em 1988, com a participação dos membros do Conselho Municipal de Educação e da Comissão de Avaliação e Controle do Plano Municipal de Educação, a fim de discutir e avaliar o processo de elaboração do Plano Municipal de Educação e o sistema de avaliação e controle.

As reuniões foram realizadas em 1988, com a participação dos membros do Conselho Municipal de Educação e da Comissão de Avaliação e Controle do Plano Municipal de Educação, a fim de discutir e avaliar o processo de elaboração do Plano Municipal de Educação e o sistema de avaliação e controle.

VI - A N E X O S

PROPOSTA DE TRABALHO
PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

1. Objetivo - Encaminhar alternativas de trabalho que permitam chegar-se, até o final do ano (1986), a um Plano de Educação do Município de Natal, democrático, participativo e realista.

a - Por Plano de Educação **DEMOCRÁTICO**, entenda-se uma proposta de trabalho que transforme as relações sociais de poder e saber existentes na Secretaria e Escola, no sentido de um maior controle de poder e socialização do saber, por todas as pessoas envolvidas no processo educativo.

b - Por Plano de Educação **PARTICIPATIVO**, entenda-se uma proposta de trabalho que resgate o exercício da participação nas diversas instâncias que constituem a prática educativa (Secretaria-Escola-Comunidade-Associações de Classe), devendo as mesmas interferirem na discussão e elaboração da proposta, no sentido de definir os meios e o fim do processo educacional que desejam.

c - Por Plano de Educação **REALISTA**, entenda-se uma proposta de trabalho situada nas condições de nosso tempo e espaço (Brasil, Nordeste, RN, Natal) e que se aproxime efetivamente dos interesses e das necessidades da maioria da clientela para a qual está voltada sua prática, levantando prioridades e metas possíveis de serem efetivadas, bem como, recursos técnicos e financeiros que ajudem na sua efetivação.

2 . Passos a Seguir

Para que a proposta se efetive, é necessário que a Secretaria, enquanto nível central de decisão e poder, assum-a como tal e se empenhe na sua concretização, através de:

a) Formação de um grupo de coordenação e elaboração da proposta, onde todas as Subcoordenadorias estejam presentes através de representantes escolhidos por cada setor; caberá ao grupo de Coordenação e Elaboração:

- levantar alternativas de encaminhamento da proposta;

- discutir as alternativas levantadas com o seu setor;
 - dividir e assumir tarefas que permitam encaminhar a proposta às bases (Escolas-Comunidades-Associações de Classe);
 - elaborar a proposta final de trabalho, isto é, o Plano Municipal de Educação de Natal-RN.
- b) Carta de Convocação do Secretário a toda Comunidade Educativa do Município de Natal para a discussão e elaboração do seu Plano de Educação.
- c) Levantamento de Sugestões e Temas para serem discutidos e analisados na Secretaria e nas Escolas com todas as pessoas envolvidas no processo educacional.
- d) Levantamento de dados qualitativos e quantitativos que possibilitem uma maior aproximação da realidade educacional brasileira nordestina, rio-grandense-do-norte e principalmente de Natal.
- e) Estabelecer uma metodologia de trabalho que assegure a democratização e participação, em todos os níveis, das pessoas envolvidas no processo educacional do Município de Natal.
- f) Configurar em congresso - a ser convocado em um período a ser escolhido pelos vários segmentos que constituem a Comunidade Educativa do Município - como momento principal de síntese das questões discutidas em grupo e aprovadas em assembléia, como a referência norteadora do **PLANO DE EDUCAÇÃO** que tanto necessitamos.

CARTA À COMUNIDADE ESCOLAR

Decorrido seis meses na Secretaria Municipal de Educação, temos tido como preocupação e inquietação encontrar formas de deflagrar um processo de discussão e reflexão que se aproxime da realidade educacional do município de Natal e do Estado do Rio Grande do Norte.

Não pretendemos falar de educação em abstrato, mas da Educação que se efetiva nas escolas públicas municipais, que hoje se impõe como um dever de o Estado financiá-la e um direito do cidadão que trabalha e paga impostos.

Constituindo-se a educação em um direito social, deverá não só permitir o acesso a todos que a procuram, mas também oferecer a qualidade que não pode ser privilégio de minorias econômicas e sociais. O ensino público e gratuito não pode estar subordinado a interesses particulares, nem sujeito às oscilações dos administradores do momento. Daí porque a clientela para quem a educação se destina deverá se constituir no elemento central e encarada como exercício de participação e cidadania. Para isto, é necessário o resgate de uma nova escola e não esta que aí se encontra.

Sabemos da precariedade e das dificuldades em que se encontram nossas escolas públicas. Sabemos também que é dever do Município assegurar a escolarização a todas as crianças da pré-escola à 8ª série do 1º grau.

- Será que existe por parte dos órgãos centrais, ligados à educação, interesse para que as questões da escola pública sejam resolvidas?
- Será que as crianças que conseguem chegar à escola estão realmente recebendo a instrução básica necessária?
- Será que as escolas estão desempenhando o seu papel de instruir e preparar as crianças para viver numa sociedade onde a instrução é indispensável?

Estas indagações se agravam ao levar-se também em consideração o estado de calamidade em que se encontram as instalações físicas das 38 escolas municipais. A sua maioria está em péssimo estado de conservação e, algumas delas, funcio

nando em casas e prédios alugados, situação esta que encontramos ao assumir a Secretaria Municipal de Educação.

O perfil da escola pública teria ainda que ser retratado como antipopular, porque se organiza para beneficiar uma minoria privilegiada, se mostrando injusta na medida em que prejudica aos que mais precisam dela: as crianças oriundas das camadas populares.

Esta escola não cresceu onde devia nem como devia, gerando assim problemas de acesso, de baixo rendimento escolar, de evasão e repetência, o que contribui logo cedo para expulsar aqueles que à mesma conseguem chegar.

Vários outros aspectos poderíamos aqui enumerar. Entretanto, não nos alongaremos, na certeza de que todos nós que trabalhamos em Educação temos claras estas questões, como também a consciência da tarefa de construir uma escola melhor, mais justa e mais eficiente.

Temos um compromisso com a população enquanto Prefeitura Municipal de Natal, assumido em praça pública na campanha das eleições passadas, no sentido de resgatar a participação da população na gestão e controle dos serviços públicos, visando à sua melhoria.

Acrescentamos a este compromisso a nossa obrigação, enquanto educadores e funcionários públicos, de buscarmos propostas de trabalho que se aproximem da solução dos problemas e dificuldades levantados. Para isto, convoco toda a comunidade escolar (órgãos centrais, escolas, comunidade e entidades de classe), para elaborarmos conjuntamente um Plano Municipal de Educação DEMOCRÁTICO, PARTICIPATIVO e REALISTA.

DEMOCRÁTICO, porque estarão representados coletivamente os diversos interesses dos grupos que formam a comunidade escolar.

PARTICIPATIVO, porque será parte de uma caminhada onde se resgate o direito de voz e vez, isto é, o direito de definir os meios e os fins de um processo educacional desejado pelas pessoas nele envolvidas.

REALISTA, porque deverá conter prioridades, metas e ações possíveis de serem efetivadas, bem como, recursos técnicos

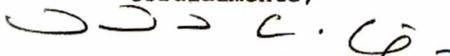
cos e financeiros indispensáveis à sua operacionalização.

Para tanto, é imprescindível que os órgãos centrais, escolas (equipe administrativa, técnica, professores, alunos, pessoal de apoio, pais) e entidades de classe, nos meses de outubro e novembro, levantem temas e sugestões a serem discutidos a partir da vivência e experiência de cada um.

Tais discussões efetivadas nas escolas, órgãos centrais, comunidade e entidades de classe deverão ser sintetizadas em forma de proposta e apresentadas em um SEMINÁRIO a ser realizado, ainda em 1986, com toda comunidade escolar. As propostas serão ainda discutidas e aprovadas em assembleia, as quais nortearão o Plano Municipal de Educação para o período 1987/1988.

Contamos com a participação de todos.

Cordialmente,



LUIZ EDUARDO CARNEIRO COSTA
Secretário Municipal de Educação

ESCOLA

REALISTA · PARTICIPATIVA · DEMOCRÁTICA

Garibaldi Filho



O POVO ESTÁ MAIS FORTE.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Luiz Eduardo Carneiro Costa

COORDENAÇÃO

Maria Eunice Baracho (USP)

Grupo de Trabalho representativo dos Órgãos Centrais da SME

**SEMINÁRIO
MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO**

GINÁSIO DE ESPORTES
DA ETRFN ·
12 e 13/02/87

OBJETIVO

Discutir e aprovar propostas para o Plano Municipal de Educação - biênio 87/88.

PARTICIPANTES

- Comunidade Escolar (alunos, pais, professores, equipes técnicas e funcionários)
- Técnicos e funcionários da SME • Associação de Classe • Centrais Sindicais
- Entidades representantes de Bairros • Partidos Políticos • Demais interessados

PROGRAMA

Dia 12/02/87

- 07:30 às 08:00 Inscrição e entrega de material.
- 08:00 às 08:30 - Abertura
Prefeito Garibaldi Alves Filho, Secretário de Educação Luiz Eduardo Carneiro Costa.
- 08:30 às 09:30 - Conferência
"Participação: Entre o Autoritário e o Democrático".
Conferencista - Prof. Elimar Nascimento (Professor da UFPB e UFPe)
- 09:30 às 11:30 - Debate
- 14:00 às 14:30 Leitura e aprovação do Regimento do Seminário.
- 14:30 às 17:30 Plenária para discussão e aprovação das propostas elaboradas pela Comunidade Escolar e SME.

Dia 13/02/87

- 08:00 às 11:30 - Plenária
- 14:00 às 17:30 - Plenária

FICHA DE INSCRIÇÃO

SEMINÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Nº de Inscrição _____ / DATA ____/____/87

Nóme _____

Endereço _____

Instituição que trabalha _____

Endereço _____

Assinatura _____

Obs: Esta ficha deverá ser enviada à SME no máximo dia 10/02 até às 17:00 hs

PROPOSTAS APROVADAS NO SEMINÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-BIÊNIO 87/88.

I - REDE FÍSICA

- 1 - Restauração das instalações físicas, hidráulicas e elétricas das escolas (pintura geral do prédio, substituição de portas, janelas, quadro de giz, instalações elétricas (com luz fluorescente em todas as salas de aula) e hidráulicas, pisos e telhados).
- 2 - Ampliação e melhoria das instalações físicas das escolas (copa, espaço para jardins, ventilação, banheiros, ambiente para leitura, instalação de pias, quadras, salas de aula, sala para atendimento odontológico, salas para serviço técnico-administrativo, fossas, cozinha, auditórios, depósito para merenda, cobertura de quadras, aquisição de terrenos vizinhos para ampliação).
- 3 - Construção de unidades escolares para atender às escolas que solicitam mudanças de espaço físico (Bernardo Nascimento, Bom Samaritano, Mário Lira, Francisca Ferreira, Chico Santeiro, Josefa Botelho, Joaquim Honório, Eugênio Pires, São Francisco de Assis e Ivonete Maciel).
- 4 - Revisão periódica das instalações das escolas:
 - priorizando as condições de funcionamento das escolas já existentes, independente da construção das Escolas de Tempo Integral.

II - REORGANIZAÇÃO DOS NÍVEIS DE ENSINO

- 1 - Melhoria da qualidade de ensino
 - a) Priorizar uma proposta de trabalho para o biênio 87/88, tendo em vista a solução dos estrangulamentos (evasão e repetência), nas 1.^{as} e 2.^{as} séries e 5.^{as} e 6.^{as} séries.
 - b) Maior envolvimento dos professores com o processo

ensino-aprendizagem, concientizando-se do seu com
promisso profissional, contribuindo para que haja
incentivo ao aluno quanto à freqüência e à parti-
cipação nas aulas.

- c) Definição clara dos objetivos a que a escola se propõe, por todos envolvidos no processo educacional.
- d) Elaboração de um currículo que atenda aos interesses dos alunos das classes populares, com a participação da comunidade escolar.
- e) Resgate do papel da escola (ler, escrever e contar).
- f) Levantamento de dados sócio-econômico junto à escola e à comunidade e sua real utilização no processo de aprendizagem do aluno, aproveitando, inclusive, os dados existentes na SME, visando à melhoria do ensino.
- g) Redefinição da grade curricular, especialmente, Educação Física, Educação Artística, Ensino Religioso e Educação para o Trabalho, com a participação dos professores, alunos e equipe técnica.
- h) Análise crítica dos livros didáticos, realizada pelos professores e pela equipe técnica da escola.
- i) Tratamento igual para as escola independente do número de alunos, localização e ideologia política de todos os que fazem a comunidade escolar.

2 - Ensino Pré-escolar

- a) Definição de uma proposta político-pedagógica da Pré-escola a 8ª série, com a participação de todos os segmentos educacionais.
- b) Implantação da Pré-escola em toda a Rede Municipal.
- c) Limitação do número de alunos em sala de aula para 25 na Pré-escola.

3 - Ensino de 1ª Grau

- a) Implantação de turmas da 5ª a 8ª série nas escolas municipais, atendendo às solicitações das Comunidades.
- b) Limitação do número de alunos em 25 a 30, por sala de aula.
- c) Revisão da proposta da Escola Produtiva.
- d) Discussão ampla com a escola e a comunidade sobre a permanência ou extinção do turno intermediário.
- e) Atendimento às especificidades do turno noturno, revendo o horário, com conteúdo e a metodologia.

4- Educação de Adultos

- a) Definição de uma política de ação da SME na área de Educação de Adultos, tendo em vista os entraves financeiros e pedagógicos existentes em todos os projetos dessa área.
- b) Criação do Ensino Supletivo de 1º Grau Maior (5ª a 8ª série).
- c) Extinção do Programa de Educação Integrada, substituindo-o pelo Sistema Regular de Ensino, para atendimento aos alunos fora de faixa etária.

5- Avaliação

- a) Reorganização do sistema de avaliação (promoção, recuperação, reforço, repetência e evasão).
- b) Avaliação anual e conjunta (Órgão Central e Escola) das programações que chegam à escola, tendo em vista a viabilidade das mesmas.
- c) Modificações feitas nas programações da escola só deverão ocorrer depois de estudadas, acompanhadas e avaliadas por todas as pessoas envolvidas nas referidas programações.
- d) Estabelecimento dos critérios de avaliação (provas, testes, conceitos e notas), por professores, equipe técnica e alunos.
- e) Revisão da Portaria de Avaliação nº 212/76-SEC - GS.

para possíveis modificações.

- f) Avaliação e reflexão da prática pedagógica no final de cada bimestre na escola, envolvendo professores, equipe técnica, direção e representação de alunos.

6 - Participação dos Segmentos da Escola

- a) Participação efetiva dos pais na Escola, opinando e decidindo acerca das ações educativas.
- b) Criação de Conselhos Escolares e Conselhos de Classe em todas as Escolas da Rede Municipal, com poderes deliberativos.
- c) Participação dos alunos nas decisões e organização da escola.

7 - Classes especiais

- a) Necessidade de avaliação do conceito de crianças suspeitas de excepcionalidade, como critério para criação ou não de classes especiais.
- b) Criação de classes especiais para alunos com problemas de aprendizagem.

8 - Redefinição dos serviços técnicos na Escola (Administração Escolar, Orientação Educacional e Supervisão Pedagógica em função da aprendizagem, envolvendo as Entidades Educacionais e de Classe.

9 - Divulgação e discussão da Legislação Escolar junto aos Órgãos Centrais e à Escola.

10 - Autonomia Pedagógica, Administrativa e Financeira para as Escolas com a discussão, elaboração e aprovação do regimento Escolar.

III - POLÍTICA DE PESSOAL

1- Integração entre órgãos da SME

- a) reorganização administrativa e organizacional da

Secretaria Municipal de Educação com o estudo das atribuições de cada setor.

- b) Integração dentro de cada setor e entre os vários setores que fazem os órgãos centrais, para que possam chegar à escola de forma mais organizada.
- c) Criação de um boletim informativo dos diversos setores da SME para uma melhor integração entre os setores e a escola.
- d) Encaminhamento ao chefe imediato de informações atualizadas da situação funcional do servidor que atua nas escolas e órgãos centrais, tais como: aposentadoria, mudança de nível, laudo médico e outros, pelo Setor de Pessoal da SME.
- e) Integração e intercâmbio com as Secretarias de Educação de outros Estados para troca de experiências.
- f) Retorno da utilização do malote para facilitar a comunicação entre a SME e escolas em, pelo menos, dois dias na semana.

2 - Capacitação de Recursos Humanos

- a) Realização de cursos de atualização, seminários e treinamentos para equipe técnica e administrativa, professores, pessoal de secretaria, biblioteca e apoio com a carga horária mínima determinada pelo Estatuto do Magistério Municipal de Natal, que estabelece gratificação de atualização, aperfeiçoamento e especialização.
- b) Realização de cursos em áreas específicas: Alfabetização, Língua Portuguesa, Matemática, Recreação e Merenda Escolar.
- c) Criação de um Centro de Treinamento Técnico para os profissionais de educação, dirigido por pessoas qualificadas e que representem os interesses dos educadores.
- d) Reformulação do convênio do Curso de Alfabetização firmado entre Secretaria e UFRN, garantindo também

o acesso de professores de 3ª e 4ª séries ao re
ferido curso.

3 - Desenvolvimento de uma política de valorização dos recursos humanos.

a) Implementação de um plano de reclassificação de pessoal técnico-administrativo, contemplando mu
dança de nível, piso salarial, gratificação de insalubridade para algumas funções e outras gra
tificações, e que os pisos salariais para o pes
soal do Magistério tenham os seguintes percentuais do salário mínimo vigente para o valor de hora-au
la:

- Professor P-5 - 6,0 (seis inteiros);
- Professor P-4 - 5,0 (cinco inteiros);
- Professor P-3 - 4,5 (quatro inteiros e cinco déci
mos);
- Professor P-2 - 3,5 (três inteiros e cinco dé
cidos);
- Professor P-1 - 3,3 (três inteiros e três décimos).

b) Valorização e respeito pelo trabalho de datilô
grafos, telefonistas, auxiliares de serviços ge
rais e motoristas que também prestam serviço à educação.

c) Criação de uma infra-estrutura que ofereça condi
ções mínimas de trabalho aos funcionários da SME.

d) Incentivo ao professor e especialista em educa
ção que trabalham em locais de difícil acesso , através de gratificação e outros estímulos, sen
do o percentual financeiro estabelecido confor
me o disposto no novo Estatuto do Magistério Mu
nicipal.

e) Revisão do Quadro de Assessor Técnico, a fim de fazer justiça na função específica, considerando insalubridade para determinadas funções.

f) Que as funções do Magistério, tanto na SME como nas escolas, sejam exercidas exclusivamente pelo

peçoal do Magistério: professores e especialista em educação.

4 - Contratação de peçoal

- a) Contratação de peçoal, somente, através de Concurso Público em todas as áreas.
- b) Realização de concurso interno para os servidores da SME como forma de acesso à carreira do magistério.
- c) Cumprimento do Decreto nº 3.227, de 09/12/85, que trata da progressão e ascensão funcional, para os integrantes dos grupos de atividades técnicas de nível superior e atividades auxiliares.
- d) Ampliação da equipe técnica da escola (Assistente Social e Psicólogo).
- e) Contratação de mais professores, vigias, peçoal para merenda e assistência social.
- f) Criação dos cargos de Nutricionista e de Inspetor Escolar em função das necessidades.

5 - Regularização de peçoal

- a) Adoção de medidas únicas para remoção de peçoal, lotação em escolas e licenças médicas.

6 - Disponibilidade e substituição de professores

- a) Suprimento às escolas de infra-estrutura necessária no que se refere à área de peçoal, atendendo às suas necessidades reais e emergentes.

7 - Cumprimento do horário do diretor na escola

- 8 - Eleições para diretor e vice-diretor de escola, acabando com o atrelamento desses à Secretaria de Educação, comprometendo-os com a comunidade escolar que os elegerá no dia 30.04.87.

1- Fardamento e livro didático

- a) Não exigência do fardamento escolar.
- b) Distribuição do material escolar aos alunos no início de cada semestre (lápiz, borracha, caderno, coleção).
- c) Distribuição gratuita de livros didáticos, escolhidos pelo professor, em todas as áreas de estudo e em todos os níveis de ensino.

2- Serviços médico-odontológicos

- a) Triagem médica nas escolas e encaminhamentos de casos específicos à Secretaria de Saúde.
- b) Assistência médica e dentária aos alunos, através de uma integração entre SME e Secretaria de Saúde, com acesso facilitado para a clientela escolar, sob a coordenação da CAED.
- c) Criação da farmácia escolar para primeiros socorros com material fornecido pela SME.
- d) Funcionamento do Pelotão de Saúde.
- e) Remoção dos médicos e dentistas lotados na SME para a Secretaria Municipal de Saúde visando ao atendimento de alunos encaminhados pelas escolas.

3- Criação e manutenção de bibliotecas escolares e comunitárias, bem como renovação e ampliação dos acervos das bibliotecas já existentes.

4- Expansão e/ou continuidade do projeto de Hortas Escolares.

5- Merenda Escolar

- a) Acompanhamento e distribuição da merenda escolar através de um conselho criado na escola para a execução desta ação, o qual deverá contar com a participação dos pais.
- b) Reivindicação junto à Fundação de Assistência ao Educando (FAE) para o aumento de verbas com vis

1- Fardamento e livro didático

- a) Não exigência do fardamento escolar.
- b) Distribuição do material escolar aos alunos no início de cada semestre (lápis, borracha, caderno, coleção).
- c) Distribuição gratuita de livros didáticos, escolhidos pelo professor, em todas as áreas de estudo e em todos os níveis de ensino.

2- Serviços médico-odontológicos

- a) Triagem médica nas escolas e encaminhamentos de casos específicos à Secretaria de Saúde.
- b) Assistência médica e dentária aos alunos, através de uma integração entre SME e Secretaria de Saúde, com acesso facilitado para a clientela escolar, sob a coordenação da CAED.
- c) Criação da farmácia escolar para primeiros socorros com material fornecido pela SME.
- d) Funcionamento do Pelotão de Saúde.
- e) Remoção dos médicos e dentistas lotados na SME para a Secretaria Municipal de Saúde visando ao atendimento de alunos encaminhados pelas escolas.

3- Criação e manutenção de bibliotecas escolares e comunitárias, bem como renovação e ampliação dos acervos das bibliotecas já existentes.

4- Expansão e/ou continuidade do projeto de Hortas Escolares.

5- Merenda Escolar

- a) Acompanhamento e distribuição da merenda escolar através de um conselho criado na escola para a execução desta ação, o qual deverá contar com a participação dos pais.
- b) Reivindicação junto à Fundação de Assistência ao Educando (FAE) para o aumento de verbas com vis

tas à melhoria da qualidade da merenda escolar.

- c) Distribuição mais sistemática e pontualidade na entrega da merenda, com um sistema de transporte específico para este fim.
- d) Fornecimento de temperos e condimentos para melhorar o sabor da merenda.
- e) Garantia da merenda para todos os alunos.

V - CULTURA

- 1- Criação de oficinas de dança (ballet, grupos para folclóricos, jazz e danças populares), de teatro, de música e de artes plásticas (modelagem, pintura, escultura e desenho) e de sucata, atendendo às reivindicações das escolas, sendo coordenadas por professores de Educação Artística e Educação Física.
- 2- Aquisição de livros técnicos para professores e equipe técnico-administrativa para fundamentação da prática pedagógica.
- 3- Criação e manutenção de área de lazer, que também será aproveitada para a prática de Educação Física.
- 4- Resgate de um espaço que possibilite ao aluno a exploração de todo seu potencial artístico-cultural, ou seja, os da Escolinha CRIART e Galeria Xico Santeiro, que se encontram desativadas.
- 5- Atendimento ao Projeto Cultura "CÂMARA CASCUDO" elaborado pela Coordenadoria de Atividades Culturais, no que se refere:
 - à criação de oficinas de produção artística (dança, música, teatro e artes plásticas)
 - à promoção de concursos literários nas áreas de poesia e prosa.
 - ao resgate da memória cultural através de pesquisa, registro, e revitalização dos nossos costumes populares.

- à implementação de grupos parafolclóricos.
- à produção de textos literários.
- 6- Que seja assegurada pela SME uma infra-estrutura que possibilite a execução de todas as propostas relacionadas à cultura.
- 7- Assegurar às escolas autonomia na escolha dos projetos culturais a serem desenvolvidos.
- 8- Disponibilidade de ônibus para as escolas realizarem visitas e pesquisas a lugares históricos com um calendário pré-estabelecido.

VI - ORÇAMENTO

- 1- Descentralização das ações e dos recursos financeiros por parte do órgão central, no sentido de conceder à escola autonomia para gerenciar seus recursos.
- 2- Divulgação e prestação de contas anuais do orçamento destinado à educação, às crianças.
- 3- Aplicação das verbas destinadas à educação do município, exclusivamente, nas escolas públicas municipais e órgãos centrais de educação.
- 4- Necessidades de uma discussão ampla de todos os setores da SME sobre o orçamento destinado à educação municipal.
- 5- Participação das entidades educacionais nas decisões referentes à aplicação dos recursos destinados à educação.

VII - RECURSOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

- 1- Distribuição sistemática, às escolas, no que se refere a equipamentos e a material permanente, didático, de limpeza, de expediente, de cantina, de re

criação e esportivo.

- 2 - Concessão de material para funcionamento e manutenção de laboratórios.
- 3 - Aquisição, reposição e manutenção sistemática de máquinas de datilografia, carteiras e outros equipamentos.
- 4 - Colocação de placas indicativas com o nome das escolas.
- 5 - Reequipamentos das salas de aula, sala de professores, das equipes técnicas, da secretaria escolar, da biblioteca e das salas de reunião.
- 6 - Equipamento de salas e material adequado ao ensino da Pré - Escola.

VIII - OUTRAS PROPOSTAS

- 1 - Instalação de semáforos e PMBOX próximo às escolas.
- 2 - Vigia em todos os turnos capacitados e treinados, sem porte de arma.
- 3 - Vigia com porte de arma a partir das 23 h.
- 4 - Calçamento das ruas onde estão inseridas as escolas.
- 5 - Não utilização dos espaços físicos das escolas para fins que interrompam as atividades escolares.
- 6 - Aquisição de uma caçamba próximo às escolas para depósito de lixo.
- 7 - Construção de uma ponte no povoado Gramoré para facilitar o acesso dos alunos à escola.
- 8 - Segurança e iluminação nas áreas próximas da escola.
- 9 - Dissolução das cantinas particulares nas escolas.
- 10 - Doação de fardamentos para funcionários e A.S.G.
- 11 - Creches para os filhos de professores e funcionários.
- 12 - Construção de abrigos (paradas de ônibus) em frente a escola.
- 13 - Dedetização completa nas escolas.

- 14 - Funcionamento da SME em dois turnos, reveesando as equipes.
- 15 - Que as Entidades de Classes encampem lutas no sentido de que as categorias que representam assumam o compromisso com os serviços educacionais que realizam.
- 16 - Que a SME tome providências junto ao IPREVINAT no sentido de mudança no atendimento da previdência - no nosso caso IPREVINAT - voltando ao sistema de escolha por parte do "contribuinte", uma vez que agora não está havendo atendimento nos consultórios, prejudicando desta forma o servidor que já tem iniciado tratamento com médicos de sua confiança e são obrigados ao atendimento no Centro com médicos determinados pelo sistema de Saúde do Município.

PROPOSTAS ENCAMINHADAS À PREFEITURA MUNICIPAL DE NATAL

- 1 - ESCOLA MUNICIPAL ARNALDO MONTEIRO
 - Melhoria do tratamento da água.
 - Limpeza das proximidades da escola.
 - Instalação de um telefone na escola.
- 2 - ESCOLA MUNICIPAL CARLOS BELLO MORENO
 - Instituição do vale-transporte para professores de 1º grau menor e funcionários.
- 3 - ESCOLA MUNICIPAL BERNARDO NASCIMENTO
 - Triagem médica nas escolas e encaminhamentos de casos específicos à Secretaria de Saúde.
- 4 - ESCOLAS MUNICIPAIS DJALMA MARANHÃO e BERNARDO NASCIMENTO
 - Criação de bibliotecas escolares e/ou comunitárias.
- 5 - ESCOLA MUNICIPAL DJALMA MARANHÃO
 - Entendimento com o Prefeito, a fim de que o prédio em construção ligado à escola não funcione como Centro de Saúde. Sugere-se que o mesmo seja utilizado para funcionamento de classes de 5ª a 8ª série ou de creches.
- 6 - ESCOLA MUNICIPAL BERNARDO NASCIMENTO
 - Transferência, em 1987, da escola para o Centro de Saúde de vizinho ao prédio, onde atualmente funciona a escola, enquanto não se contrói um prédio próprio.
- 7 - ESCOLA MUNICIPAL BOM SAMARITANO
 - Implantação de uma creche para atender à clientela de 06 a 10 anos com iniciação profissional.
 - Instalação de um orelhão comunitário.
- 8 - ESCOLA MUNICIPAL MÁRIO LIRA
 - Instalação de semáforo e PMBOX próximos à escola.

- Instalação de telefone na escola.
 - Calçamento externo da escola.
- 9 - ESCOLA MUNICIPAL FERREIRA ITAJUBÁ
- Instalação de um telefone público próximo à escola (orelhão) e um telefone na própria escola.
 - Instalação de um PMBOX próximo à escola.
 - Instalação de uma caixa de correio.
- 10- ESCOLA MUNICIPAL LOURDES GODEIRO
- Construção de uma ponte para permitir o acesso dos alunos à escola.
 - Instalação de um orelhão próximo à escola.
 - Aquisição de uma caçamba de lixo.
 - Disponibilidade de um transporte coletivo mais sistemático para os alunos de 5ª à 8ª séries.
- 11- ESCOLA MUNICIPAL FRANCISCA DE OLIVEIRA
- Instalação de um orelhão próximo à escola.
 - Integração entre as Secretarias Municipais de Educação e Saúde.
- 12- ESCOLA MUNICIPAL IAPISSARA AGUIAR
- Assistência de segurança e iluminação aos bairros de periferia.
 - Tratamento de água consumida pela população da Zona Norte e distribuição suficiente.
- 13- ESCOLA MUNICIPAL HERLY PARENTE
- Construção de um posto de saúde na comunidade
- 14- ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ DO PATROCÍNIO
- Corte de mangueira para evitar acidentes.
- 15- ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ SOTERO
- Desativação do Centro de Saúde, incorporando-o à área física da escola e construção em local adequado para atendimento à comunidade.
- 16- ESCOLA MUNICIPAL IRMÃ ARCÂNGELA
- Instalação de PMBOX próximo à escola.
- 17- ESCOLAS MUNICIPAIS HERLY PARENTE, JOSÉ DO PATROCÍNIO, JOSÉ

SOTERO e IRMÃ ARCÂNGELA

- Implantação de um orelhão nas proximidades das escolas.

18- ESCOLA MUNICIPAL MONS. ALVES LANDIM

- Solicitação, pela SME aos Órgãos Competentes, de uma ronda policial que circule as imediações da escola, durante o turno noturno.

19- ESCOLA MUNICIPAL ADELINA FERNANDES

- Criação de creches para filhos de professores e funcionários.
- Instalação de um telefone público na escola.

20- ESCOLA MUNICIPAL AMADEU ARAÚJO

- Solicitação, pela SME, aos órgãos competentes de construção de abrigos para passageiros (parada de ônibus em frente à escola).
- Abatimento das tarifas de transportes para todos os funcionários municipais.
- Implantação de um telefone público, com um ramal nas escolas.

21- ESCOLA MUNICIPAL HENRIQUE CASTRICIANO

- Dedetização completa na escola.
- Abertura de creches para menores.
- Instalação de telefone e orelhão.

22- ESCOLA MUNICIPAL LAURA MAIA

- Construção de Posto de Saúde.
- Instalação de um orelhão comunitário.

MOÇÕES APROVADAS PELOS PARTICIPANTES DO
SEMINÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

MOÇÃO - 1

Nós, educadores e demais representantes da comunidade escolar, reunidos no Seminário Municipal de Educação, reivindicamos ao Sr. Prefeito GARIBALDI ALVES FILHO o imediato envio do ante-projeto do Estatuto do Magistério Público Municipal à Câmara Municipal para discussão e aprovação.

ENCAMINHAMENTO: PREFEITO DA CIDADE DO NATAL

MOÇÃO - 2

Os educadores, funcionários, estudantes e pais, reunidos no Seminário Municipal de Educação, vêm, de público, repudiar as tentativas da Superintendência de Transporte Urbanos (STU) de modificar a Lei do Ticket (passe escolar). Solicitamos, portanto, que não seja enviada à Câmara Municipal nenhuma proposta de alteração da referida Lei.

ENCAMINHAMENTO: SECRETARIA DA SUPERINTENDÊNCIA DE
TRANSPORTE URBANO (STU).

MOÇÃO - 3

Os participantes do Seminário Municipal de Educação, realizado nos dias 12 e 13 de fevereiro, vêm, de público, repudiar o processo do concurso para professor a nível estadual, no dia 25/01/86, pelo descaso e abusos cometidos no mesmo, no que se refere a Bibliografia e Programa que não foram respeitados no momento da elaboração das provas, bem como, a identificação do candidato nos gabaritos e a medida autoritária, proibindo o pedido de revisão de provas.

ENCAMINHAMENTO: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO
ESTADO (SEC).

Natal, 13 de fevereiro de 1987.



PREFEITURA DE
NATAL